

RESPOSTAS BRASILEIRAS À VIOLÊNCIA

A distribuição etária, racial e territorial dos homicídios no Brasil certamente contribuiu para que demorássemos a produzir respostas, tanto no âmbito das políticas públicas como no da sociedade civil. A invisibilidade e baixa capacidade de mobilização das principais vítimas da violência explicam, em boa medida, os indicadores com os quais o Brasil convive há duas décadas, quase sem se dar conta do tamanho da emergência.

Até recentemente, as políticas de segurança eram temas restritos às secretarias de segurança estaduais, muitas vezes comandadas por coronéis do Exército ou policiais reformados. Apenas no segundo mandato do governo Lula se iniciou, timidamente, respostas em âmbito nacional, com programas que procuram combinar atividades preventivas com apoio às atividades de polícia, como é o caso do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), criado em 2007. Alguns estados passaram, a partir da presente década, a investir recursos expressivos em formação policial, modernização das bases de dados e dos sistemas de informação, articulação com programas de prevenção voltados para jovens, e vêm recolhendo resultados positivos. Mas no cenário nacional predominam as baixíssimas taxas de esclarecimentos de crimes pelas polícias, as condições aviltantes das prisões, o moroso sistema de justiça criminal, que tende a encarcerar os pobres e juridicamente desassistidos e a não conseguir manter nas prisões os que têm bom apoio jurídico, sejam eles os ricos ou os traficantes e criminosos com articulações no crime organizado. As polícias, na maioria dos estados, ainda produzem respostas meramente repressivas, muitas vezes combinando brutalidade e corrupção, como é o caso do Rio de Janeiro, com mais de 1 mil mortes provocadas pela polícia em confrontos a cada ano. Em outras palavras, é obrigatório reconhecer, ao fim da década atual, que prevalece a naturalização da violência, quando essa se localiza nos bairros periféricos, e a indiferença, quando forças de segurança tratam cidadãos pobres como inimigos.

As organizações da sociedade civil no Brasil têm participado timidamente dos esforços de mudança do sistema de segurança, principalmente se compararmos a centralidade decisiva de seu papel em áreas como saúde, políticas ambientais, cultura e educação. A agenda das respostas à violência e da segurança pública ainda é pouco reconhecida entre os setores democráticos da sociedade; ou seu reconhecimento é inferior à gravidade do quadro que o país apresenta. Nesse sentido, a I Conferência Nacional de Segurança Pública, que ocorre em 2009, a despeito das limitações próprias dos processos de conferências, é uma oportunidade histórica de mudar o nosso padrão de respostas. ■

Referência

WASELFSZ, Júlio Jacobo, *Mapa da Violência: os jovens da América Latina*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (Rittla); Ministério da Justiça do Brasil e Instituto Sangari, 2008.